

Fo  
CX-43

2.731/10000 Caixa da FUNAI

De: Serviço de Informação da FUNAI <derloc.sebib@funai.gov.br>  
Para: [derloc.sebib@funai.gov.br](mailto:derloc.sebib@funai.gov.br)  
Enviada em: Quinta-feira, 11 de Maio de 2006 14:15  
Assunto: ... Document.htm

[ESTE TEXTO FOI DIGITADO POR UM [VOLUNTÁRIO](#)]

## "O DESAFIO DA HISTÓRIA INDÍGENA NO BRASIL(1)"

JOHN MANUEL MONTEIRO

A historiografia brasileira, ao longo das últimas duas décadas, tem buscado incorporar grupos sociais antes ignorados pela bibliografia. Ao mesmo tempo, abordagens antropológicas têm penetrado diversas áreas de investigação histórica, abrangendo estudos sobre a inquisição, a escravidão, as relações de gênero, as mentalidades, entre tantos outros assuntos. Diante deste quadro, contudo, é de se estranhar a pouca atenção dispensada aos povos indígenas pelos historiadores. Com exceção de poucos estudos, parece prevalecer, ainda hoje, a sentença pronunciada pelo historiador Francisco Adolfo Varnhagem, na década de 1850: para os índios, "não há história, há apenas etnografia". (2)

Entre antropólogos, no entanto, tem surgido um renovado interesse pela história indígena. Renovado, pois não se trata apenas de preencher as lacunas e omissões legadas pelos historiadores e antropólogos de gerações anteriores, como também envolve a discussão crítica das formas pelas quais o passado indígena tem sido abordado desde os tempos coloniais.

De fato, autores tão diversos como Gabriel Soares de Souza, Simão de Vasconcelos, Alexandre Rodrigues ferreira, Carl F.P. von Martius, F.A. Varnhagem, Karl von den Steinen, Capistrano de Abreu, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro - entre tantos outros, como os integrantes dos institutos históricos e geográficos estaduais - todos buscaram a seu modo, diante dos desafios políticos e limites teóricos de suas respectivas épocas, atribuir um significado à história das populações indígenas. Porém, se há um traço comum entre esses observadores e pensadores, tão dispersos no tempo, é o pessimismo que encaram o futuro dos povos nativos.

Sobretudo a partir do século XIX, a perspectiva que passava a predominar prognosticava, mais cedo ou mais tarde, o desaparecimento total dos povos indígenas. A tese da extinção, sustentada por sucessivas correntes do pensamento social brasileiro e reforçada, mais tarde, pelas teorias que orientavam a antropologia no país, encontrava na história uma sólida base de apoio. Assim, para von Martius, as sociedades americanas, enquanto frutos de uma decadência ou degenerescência histórica, traziam "já visível o germen do desaparecimento rápido" (3); para os cientistas do final do século XIX e início deste, firmemente amarrados a um paradigma evolucionista, a fragilidade destes "homens da idade da pedra" diante do rolo compressor da civilização já dava, de antemão, a resposta para o futuro dessas sociedades (4); e para a antropologia brasileira nas décadas

intermediárias do século XX, as frentes de expansão forneciam um roteiro em que se repetia a história da destruição e "transfiguração" das etnias indígenas, ao passo que a perspectiva teórica da aculturação propunha um outro caminho para o mesmo desfecho fatal. (5)

São bem conhecidas as conseqüências desse suporte teórico para a política indigenista no país; posto na prática, redundava no deslocamento de populações, na imposição de sistemas de trabalho que desagregavam as comunidades, na assimilação forçada, na descaracterização étnica e, em episódios de triste memória, até na violência premeditada e no extermínio físico. Mesmo nas fases mais esclarecidas da "proteção" oficial, os órgãos indigenistas trabalhavam no sentido de amenizar o impacto do processo "civilizatório", considerado um fato inevitável que, dia mais, dia a menos, levaria à completa integração dos índios à nação brasileira.

Nos últimos anos, entretanto, o pressuposto de que os índios simplesmente deixarão de existir começou a ser revertido, de modo que hoje, talvez pela primeira vez na história do Brasil, paira uma certa nuvem de otimismo no horizonte do futuro dos índios. A principal voz discordante, em enfática negação da tese do desaparecimento, pertence aos próprios índios que, através de novas formas de expressão política - tais como as organizações indígenas - reivindicam e reconquistam direitos históricos. O novo indigenismo, por seu turno, encontrou, desde a primeira hora, fortes aliados no meio antropológico, que passaram a pautar suas pesquisas não apenas a partir de interesses acadêmicos mas também pela necessidade de fornecer subsídios para as lutas e reivindicações dos índios. Assim, surge uma nova bibliografia que tem contribuído não apenas para ampliar a visibilidade de povos indígenas numa história que sempre os omitiu, como também revela as perspectivas destes mesmos povos sobre seu próprio passado, incluindo visões alternativas do contato e da conquista.

Se a nova história indígena no Brasil brotou nesta particular conjuntura entre a antropologia e o indigenismo, encontrou um campo fértil para crescer a partir de uma série de elementos novos. Primeiro, a população indígena em contínuo declínio desde a primeira metade do século XVI, tem-se estabilizado, mostrando até uma tendência de aumento, apesar dos recentes abalos epidemiológicos sofridos pelos Yanomami e por outras etnias. De acordo com os dados do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), os cerca de 206 povos indígenas perfazem por volta de 270.000 indivíduos (6); um número talvez irrisório no contexto global da população brasileira, porém, ao mesmo tempo, eloqüente testemunho do despovoamento histórico, numa proporção provavelmente maior do que 15:1. (7)

Segundo, o movimento em prol dos direitos históricos dos índios tem avançado muito. De fato, tem-se assistido nos últimos anos uma proliferação de novas organizações indígenas e indigenistas no Brasil. São novas não apenas em termos de sua formação recente, mas antes em função de suas características políticas, refletindo o movimento mais geral da organização da sociedade civil, porém representando igualmente uma ruptura especialmente forte com um longo passado de dependência no Estado, que remonta aos primórdios da colonização portuguesa na América. Através da busca de aliados supra-comunitários, de caráter nacional ou mesmo internacional, as organizações indigenistas tem contribuído para uma reformulação fundamental do modo de se pensar o futuro das sociedades indígenas no Brasil. Esta reformulação, por seu turno, tem repercutido de forma significativa não apenas no campo teórico, como também no legislativo, a julgar pelos avanços da Constituição de 1988 e pela predisposição - ainda que hesitante - do Estado, através do ministério público, em afirmar os direitos históricos dos povos nativos. (8)

O terceiro elemento ambienta-se mais especificamente no meio acadêmico. Em anos recentes, um renovado diálogo entre a antropologia e a história tem propiciado, nas Américas como um todo - sem falar de outras partes do mundo -, um surto significativo de estudos sobre a história dos povos colonizados, estudos que oferecem o contraponto das dinâmicas locais e regionais para se repensar tanto as abordagens estruturalistas quanto as teses globalizantes das décadas anteriores. (9) Ao

passo que aquelas subordinavam o pensamento e a ação dos índios às estruturas inconscientes enquanto estas enquadravam as sociedades invadidas como inermes e inocentes vítimas de processos externos, a tendência geral era a de minimizar, ou mesmo eliminar, os índios enquanto atores históricos. Em contrapartida, a antropologia histórica buscava qualificar a ação consciente - agency, em inglês - dos povos nativos enquanto sujeitos da história, desenvolvendo estratégias políticas e moldando o próprio futuro diante dos desafios e das condições do contato e da dominação. (10)

Somado ao deslocamento do enfoque teórico, os historiadores e antropólogos passaram a adotar como fonte de confiança outros gêneros de discurso histórico, tais como os mitos e outras narrativas das tradições orais. O conjunto desses estudos recentes, enriquecendo o conhecimento do passado das sociedades que vivenciaram a penetração da expansão européia, ao mesmo tempo tem obrigado os antropólogos a reverem seus próprios conceitos e preconceitos. (11)

Nesse contexto, ainda que de forma apenas incipiente, a história indígena lança no Brasil um duplo desafio. Por um lado, cabe ao historiador recuperar o papel histórico dos atores nativos na formação das sociedades e culturas do continente, revertendo o quadro hoje prevalecente, marcado pela omissão ou, na melhor das hipóteses, por uma visão simpática aos índios mas que os enquadra como vítimas de poderosos processos externos à sua realidade. Afinal de contas, conforme bem destaca, em artigo recente, a antropóloga e especialista em história indígena Manuela Carneiro da Cunha "não é a marcha inelutável e impessoal da história que mata os índios: são ações e omissões muito tangíveis, movidas por interesses e concretos" (12). Por outro lado, e muito mais complexo, faz-se necessário repensar o significado da história a partir da experiência e da memória de populações que não registraram - ou registraram pouco - seu passado através da escrita.

Nessa grande reavaliação das sociedades indígenas e das políticas indigenistas, a historiografia tem - e terá - um papel fundamental, decisivo até. Pois cabe aos historiadores, através de uma revisão séria das abordagens vigentes - que relegam os índios a um papel fugaz e mal-explicado no início da colonização, que reservam aos mesmos índios um enquadramento etnográfico e não histórico ou, ainda, que reduzem-nos a meras vítimas do inexorável processo de expansão européia -, não apenas resgatar mais esses "esquecidos" da história, mas antes redimir a própria historiografia de seu papel conivente na tentativa - fracassada - de erradicar os índios.

Mais do que isso, a historiografia poderá fornecer fundamentos e diretrizes para a compreensão do desafio teórico e político que os índios apresentam para sociedade e para o estado brasileiro. Trata-se, vale dizer, de uma revisão já em curso, através das excelentes coletâneas e revistas publicadas por ocasião do V Centenário - merecendo destaque a História dos Índios no Brasil organizada por Manuela Carneiro da Cunha (13) - e de uma agenda para o futuro, uma vez que se torna cada vez mais evidente a potencialidade das fontes para a história indígena que jazem, empoeiradas, em centenas de arquivos no país. (14)

A extinção dos índios, tantas vezes prognosticadas, é negada enfaticamente pela capacidade das sociedades nativas em sobreviver os mais hediondos atentados contra sua existência. Recuperar os múltiplos processos de interação entre essas sociedades e as populações que surgiram a partir da colonização européia, processos esses que vão muito além do contato inicial e dizimação subsequente dos índios, apresenta-se como tarefa essencial para uma historiografia que busca desvencilhar-se de esquemas excessivamente deterministas. Com isto, páginas inteiras de história do país serão re-escritas; e ao futuro dos índios, reservar-se-á um espaço mais equilibrado e, quem sabe, otimista.

(1). Uma primeira versão deste texto foi publicada com o título: "História Indígena: repensando o passado, olhando para o futuro", na revista *Temporais*, n. 4, 1993, publicação dos alunos do curso de História da USP. Outra versão foi apresentada no VI Encuentro Internacional de Historiadores Latinoamericanos y del Caribe, em Méson de la Muralla, Querétaro, México, em 1994

(2). F.A. Varnhagem (Visconde de Porto Seguro), *História Geral do Brasil* [1854], 10 edição integral, São Paulo, Edusp, 1981, vol. 1 p. 30. Com estas palavras, Varnhagem aprofundava a visão pessimista já estabelecida por C.F.P. von Martius, em "Como se deve escrever a história do Brasil", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 6 (1845), pp. 389-411

(3). C.F.P. von Martius, *O Estado de Direito entre os Autóctones do Brasil* [1832], São Paulo, Edusp, 1982, p. 70

(4). Sobre os conceitos científicos e o pensamento social neste período, três obras recentes merecem destaque: Antônio Carlos de Souza Lima, "Aos Fetichistas, Ordem e Progresso: um estudo do campo indigenista no seu estado de formação", dissertação de mestrado (inédita), Museu Nacional da Universidade federal do Rio de Janeiro, 1986; Roberto Ventura, *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991; e Lilia K. Moritz Schwartz, *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993

(5). Ver, entre outros, Darcy Ribeiro, *Os índios e a Civilização*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970, sobretudo a parte originalmente redigida no final dos anos 50.

(6). Cf. capítulo 1º deste volume.

(7). A demografia histórica indígena, campo tão avançado para outras partes das Américas, permanece apenas incipiente no Brasil.

(8). Carlos Alberto Ricardo, "Quem Fala em Nome dos Índios?", *Povos Indígenas no Brasil*, 1987/88/89/90 (Aconteceu Especial, n. 18, 1991) pp. 69-72

(9). Para o Brasil, um marco fundamental foi a publicação organizada por José Roberto do Amaral Lapa, *Modos de Produção e Realidade Brasileira*, Petrópolis, Vozes, 1980, que reúne ensaios de economia política que demarcam o pensamento de uma geração. Quanto à crítica às posturas globalizantes e ao pensamento estruturalista, veja-se a excelente introdução a Jonathan Hill, org. *Rethinking History and Myth: indigenous South American perspectives on the past*, Urbana University of Illinois Press, 1987; Marshall Sahlins, *Islands of History*, Chicago, University of Chicago Press, 1985; e William Roseberry, *Anthropologies and Histories: essays in culture, history and political economy*, News Brunswick, Rutgers University Press, 1989

(10). Ver Hill, "Introduction, myth and history", op. cit.; Manuela Carneiro da Cunha "Introdução à uma História Indígena", in *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, Fapesp, Secretaria Municipal de Cultura, 1992, pp. 9-24

(11). Dentre os excelentes ensaios lidando com esta temática na coletânea organizada por J. Hill, destaca-se a discussão em Alcida Ramos, "Indian Voices: contact experienced and expressed" in *Rethinking History and Myth*, pp. 214-234

(12). Manuela Carneiro da Cunha, "Parceria ou barbárie", *Folha de S. Paulo*, 22/8/1993, p. 3

(13). Editado pela Companhia das Letras, 1992. A esta obra deve-se somar a coletânea Índios no Brasil, organizada por Luís Donisete Benzi Grupioni, São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

(14). John Monteiro (coordenador), Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros, São Paulo, NHII-USP/Fapesp, 1994

---

*A equipe da Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro agradece  
Sérgio Luiz Simonato,  
que gentilmente digitou este texto.*



© 1998 A Escola do Futuro da Universidade de São Paulo

A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro  
<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>

Envie seus comentários e sugestões para [bibvirt@futuro.usp.br](mailto:bibvirt@futuro.usp.br)

Página criada em 23/11/98  
Última atualização em 03/12/98

